



Literaturas de Autoria INDÍGENA



DANGLEI DE CASTRO PEREIRA
LUZIA APARECIDA OLIVA
(ORGS.)

Literaturas de Autoria INDÍGENA



DANGLEI DE CASTRO PEREIRA
LUZIA APARECIDA OLIVA
(orgs.)

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é dos autores .
[1a edição]



Elaboração e informações

Universidade de Brasília
[Instituto de Letras, Campi Darci Ribeiro]
[Departamento de Teoria Literária e Literaturas]
Campus Universitário Darcy Ribeiro, [L2 , 240] CEP: [79910-900] Brasília - DF, Brasil
Contato: (61)3107-7700 Site: www.unb.br E-mail: danglei@unb.br

Conselho Editorial:

Adriana Lins Precioso – UNEMAT
Antonio Aparecido Mantovani - UNEMAT
Ana Crélia Dias – UFRJ
Lucilene Machado Garcia Arf - UFMS
Lucilo Antonio Rodrigues – UEMS
Rosana Cristina Zanelatto Santos – UFMS
Susanna Busato – UNESP
Wellington Furtado Ramos – UFMS

Editora:

Universidade de Brasília
Departamento de Teoria Literária e Literaturas

Equipe técnica:

Capa: Samuel Moura Andrade
Criação: Samuel Moura Andrade
Fotos: Waraxowoo'i Maurício Tapirapé
Projeto gráfico e diagramação: Samuel Moura Andrade



P436 Pereira, Danglei de Castro

Literaturas de autoria indígena / Danglei de Castro Pereira; Luzia Aparecida Oliva (orgs.).
– Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas,
2022. 143 p. : il

Inclui bibliografia.

ISBN: (físico) 978-65-89350-05-7

ISBN: (digital) 978-65-89350-04-0

1.; Literatura – Estudo e ensino. 2. Etnoliteraturas. 3. Educação Básica – Brasil. I.
Título.

CDU



[...] a maior contribuição que os povos da floresta podem deixar ao homem branco é a prática de um ser uno com a natureza interna de si. As tradições do Sol, da Lua e da Grande Mãe ensinam que tudo se desdobra de uma fonte única, formando uma trama sagrada de relações e inter-relações, de modo que tudo se conecta a tudo. O pulsar de uma estrela na noite é o mesmo do coração. Homens, árvores, serras, rios e mares são um corpo, com ações interdependentes. Esse conceito só pode ser compreendido por meio do coração, ou seja, da natureza interna de cada um. Quando o humano das cidades petrificadas largar as armas do intelecto, essa contribuição será compreendida. Nesse momento, entraremos no ciclo da unicidade, e a terra sem males se manifestará no reino humano.

(JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio, 2020, p.64)

ÍNDICE

NOTA AO LEITOR

PARTE I - ARTIGOS

PELOS IGARAPÉS DA ESCRITA LITERÁRIA INDÍGENA -----

----- *Luzia Aparecida Oliva*

CULTURA DE UM POVO: A CIÊNCIA E AS ARTES DE UMA OMÁGUA-KAMBEBA -----

----- *Luiz Renato de Souza Pinto*

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM PROJETOS E PRESEPADAS DE UM CURUMIM NA AMAZÔNIA, DE EDSON KAYAPÓ -----

----- *Leila Sílvia Sampaio*

O PERCURSO DA IDENTIDADE EM OLHO D'ÁGUA: O CAMINHO DOS SONHOS DE RONI WASIRY GUARÁ -----

----- *Delma Pacheco Sicsú*

LITERATURA INFANTIL INDÍGENA E OS SABERES DA ANCESTRALIDADE: NO CAMINHO DA ALDEIA, COM OLÍVIO JECUPÉ E DANIEL MUNDURUKU -----

----- *Rosana Rodrigues da Silva*

A POÉTICA INDÍGENA FEMININA DE POTIGUARA, GRAÚNA, KAMBEBA E TABAJARA -----

----- *Rosivânia dos Santos*

PARTE II - ENTREVISTAS

COM A PALAVRA, JULIE DORRICO: A LITERATURA INDÍGENA E SEUS CONTORNOS -----

----- *Julie Stefane Dorrico Peres, Leila Sílvia Sampaio*

LITERATURA E ATIVISMO DE EDSON KAYAPÓ E ALINE NGRENHTABARE L. KAYAPÓ -----

----- *Edson Kayapó, Aline Ngrenhtabare L. Kayapó, Leila Sílvia Sampaio*

NOTA AO LEITOR

Os artigos e as entrevistas que compõem este e-book são resultados das ações do projeto de pesquisa O escritor nativo por ele mesmo: literatura e representação (2020-2022) desenvolvido na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – campus de Sinop, sob a coordenação da Profa. Luzia Aparecida Oliva.

O objetivo do projeto, já concluído, consistiu em divulgar, ler e debater acerca da produção literária de autoria indígena no Brasil e ampliar seu alcance. Assim, as obras foram lidas por estudantes de graduação e pós-graduação, professores do Ensino Básico e Superior, de diversas instituições, entre elas, UNEMAT, UnB, UEA que contribuíram de maneira significativa na divulgação de autores e obras. Os encontros virtuais (Plataforma Google Meet) possibilitaram o acesso a muitos profissionais da educação que não poderiam participar se fossem realizados de maneira presencial. Isso também se justifica em virtude da pandemia que impôs outros caminhos tecnológicos a serviço da pesquisa e extensão.

Estamos certos de que o projeto cumpriu sua finalidade socioeducacional e, agora, torna público o resultado por meio de artigos de pesquisadores e entrevistas com escritores indígenas. Registra-se o agradecimento aos envolvidos que fizeram esse percurso de leitura e se propuseram a manter viva a tradição dos povos originários pelas histórias narradas e pelas vozes autorais.

Agradecimento ao Prof. Waraxowoo'i Maurício Tapirapé que, gentilmente, cedeu as fotos de seu acervo para que compusessem a capa. São registros do interior da cultura de seu povo. Por meio dessas imagens, dedicamos este trabalho aos povos originários que, desde a invasão, lutam incansavelmente pela Mãe Terra.

Os organizadores

PARTE II

ENTREVISTAS

VEGETAÇÃO NATURAL

Planto perguntas.

Não rego.

Mas vingam.

É a chuva.

(MARQUES, Santiago Villela. Outro. 2008, p.57)

COM A PALAVRA, JULIE DORRICO: A LITERATURA INDÍGENA E SEUS CONTORNOS

Julie Stefane Dorrico PERES
(Universidade Federal de Rondônia – UNIR)
juliedorrico@gmail.com

Leila Silvia SAMPAIO
(SEDUC/MT-Colíder)
leilasampaio70@gmail.com

A pesquisadora Julie Dorrico, descendente do povo Macuxi, de Roraima, contribuiu com o projeto de pesquisa O escritor nativo por ele mesmo: literatura e representação, coordenado pela Profa. Dra. Luzia Aparecida Oliva, no dia 13 de novembro de 2020. No encontro, via Google Meet, contou acerca de sua pesquisa de doutorado e provocou os ouvintes com suas pontuações acerca da produção literária indígena. Com o intuito de fazer com que suas palavras alcancem um número maior de estudiosos e, principalmente, profissionais que atuam nas escolas, local onde é preciso fazer com que a literatura indígena seja mais explorada, a entrevista concedida visa contribuir para estudos em torno dessa produção, bem como conscientizar acerca da necessidade da aplicabilidade de ações que favoreçam o cumprimento da Lei 11.645/2008 dentro das instituições de ensino. Em trabalhos que envolvem a divulgação, defesa e debates acerca dessa produção escrita, a estudiosa busca levar conhecimento, designando-a como literatura indígena contemporânea, que não se desvincula da literatura oral milenar dos povos originários, mas que assume novos contornos desde o registro à autoria que, mesmo individual, ecoa de forma coletiva.

1. A literatura indígena vem alcançando visibilidade e tornou-se reconhecida como um importante material para (re)conhecimento das culturas indígenas. Podemos dizer que o contexto de sua produção colabora para esse processo seria essa a potência estética e política da literatura produzida pelos indígenas?

Julie: A produção autoral indígena sem dúvida é um marco para o nascimento do movimento literário indígena, que é contemporâneo e ancestral simultaneamente. Contemporâneo porque o direito à cidadania e, consequentemente, o direito à autoria foram outorgados (conquistados mesmo) apenas na Constituição Federal de 1988; ancestral porque os conteúdos que a literatura indígena expressa estão diretamente ligados ao povo indígena, à identidade coletiva, à memória ancestral dos povos originários. Elencaria porém alguns momentos históricos que impulsionaram a difusão da literatura indígena no país para que hoje ela possa ser um pouco mais reconhecida: o Movimento Indígena, situado na década de 1970, até o advento da Carta Magna; a Convenção 169 da OIT, em 1989 que reconheceu o direito à autodeterminação dos povos indígenas, da qual o Brasil foi signatário; os Indígenas em Movimento como nomeia o escritor Daniel Munduruku para se referir à atuação individual dos artistas e escritores nativos em defesa da presença e participação indígena na cultura brasileira.

ra; o concurso TAMOIOS e CURUMIM, no ano de 2004, em parceria com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) que fomentou a emergência de novos escritores indígenas e o trabalho de professores com a literatura indígena na sala de aula respectivamente; a promulgação da Lei 11.645 de 2008 que tornou obrigatório o ensino das culturas e histórias indígenas em todo currículo escolar. Além disso, a publicação editorial tem sido um conjunto de referência cobrado pelos educadores indígenas para os estudos das relações étnico-raciais em várias universidades, que tem sido cada vez mais cobradas a se responsabilizar por uma história e literatura que contemple os povos indígenas.

2. A literatura indígena contemporânea tem apresentado narrativas autobiográficas, no entanto, ao fazer a leitura do sujeito individual, sua voz se entrelaça a uma voz coletiva. Como podemos compreender esse encontro de vozes?

Julie: As vozes indígenas autobiográficas correspondem às suas respectivas identidades de povos. Em outras palavras, as identidades indígenas são coletivas. Todo indígena pertence a um povo originário e, como todo povo originário, possui suas próprias sociedades, línguas [ou não], modos e costumes próprios anteriores à imposição do Estado-nação Brasil. Quando falamos da identidade indígena temos de entender que as políticas da identidade indígena não são substituídas pela brasileira nem adotam o individualismo-liberal, mas coexistem e compartilham delas na tensão e relação de poder, sempre lutando pela sobrevivência: um indígena macuxi também compartilha a identidade brasileira, e a cidadania com direitos e deveres. As/os escritoras/es indígenas quando publicam obras que falam de suas vidas, pois têm todo direito de serem sujeitos e falarem de seus sentimentos, inclusive a nível ficcional, se remetem à essa identidade de povo, porque é indiviso, porque o povo constitui o sujeito indígena. E, em muitos casos, a autobiografia de uma/um escritora/escritor compartilhará a história de diáspora, de afirmação do povo, de revitalização da língua, a sua perspectiva da história colonial/oficial. A autobiografia indígena pode ser uma metonímia para falar da história de vários povos, pois embora contextualizados em espaços e tempos diferentes, o imperialismo atravessa de forma racista todos os originários.

3. Os povos indígenas sempre produziram literatura oral e, agora, é apresentada por meio da escrita alfabética. Histórias milenares são recontadas e impressas obtendo um alcance maior entre leitores. De que forma podemos entender essa escrita alfabética como fortalecimento da cultura originária por meio da contação de histórias?

Julie: A escrita alfabética, um código ocidental, foi predominantemente adotado como ferramenta de poder para descaracterizar os povos originários que possuíam seus próprios códigos de escritas (pictográficas, desenho, grafismo). A desconsideração e o apagamento dessas escritas nomearam os povos indígenas como ágrafos, 'sem grafia' como chama Lévi-Strauss, reconhecendo-os como capazes apenas quando estes passam a usar a escrita alfabética. Os autores indígenas possuem propriedades intelectuais próprias que cultivam milenarmente. Esses conteúdos sempre foram

explorados. Utilizo o termo em itálico porque acredito na exploração das filosofias e religiões indígenas de modo reificado, na literatura brasileira, vendendo muito e conferindo carreira de prestígio a quem já possuía emprego, ao mesmo tempo que nos empobrecia e reiterava o paternalismo sobre nós. O movimento autoral, por isso ele é central para a teoria indígena, reivindica que essa propriedade intelectual tem origens e os povos dados como extintos por diferentes políticas estatais, como autores delas. Assim, quando os sujeitos indígenas passam a usar a escrita alfabética trazem à superfície o povo, que sempre esteve lá, mas ia sendo apagado continuamente. Desse modo, vemos narrativas de origens ancestrais contadas em obras, no exercício criativo de vários autores, que se empenham em fortalecer suas culturas. Esse exercício não pode ser entendido como um ctrl c + ctrl v, usando um jargão da informática, para diminuir a função do autor indígena, mas como uma habilidade de comunicar-se entre os mundos, com todas as questões complexas que os atravessam.

4. Em contexto contemporâneo, quais os empecilhos que os autores encontram para que suas obras circulem em instituições de ensino?

Julie: A adoção das obras indígenas depende ainda de ações individuais de professores/as, quando deveria ser das instituições – universitárias e de rede básica. Os testemunhos de educadores são alegações de desconhecimento às diversidades de obras indígenas já existentes; outros a Lei 11.645 de 2008; outros, as políticas da identidade indígena, negando o direito à contemporaneidade e estar na cidade. A implementação de uma disciplina de educação em relações étnico-raciais que abraçasse a identidade indígena, de literatura indígena pelas instituições de ensino poderiam ser alternativas para que a não presença de obras indígenas nas salas de aulas fossem minimizadas.

5. Considerando o acervo publicado por autores indígenas nessas últimas décadas é possível destacar aspectos considerados características reiterantes nas obras?

Julie: Em minha pesquisa de doutorado, intitulado “A literatura indígena contemporânea: a autoria individual e a poética do eu-nós” elenquei algumas características encontradas em obras autorais indígenas de escritores de diferentes povos. Algumas características recorrentes entre elas foram: o uso de nomes indígenas respectivos aos povos para nomear personagens, territórios, seres não humanos, encantados, etc. como projeto de reivindicação indígena de nomes que fazem sentido e os conectam com a terra e suas cosmologias; uso de termos linguísticos ou obras bilíngues para afirmação da língua materna; paradigma do homem e natureza como princípio indígena, isto é, do homem como em mesmo nível das plantas e animais, do homem também como natureza. Apesar das diferenças culturais e sociais, o princípio que guiou os autores foi de íntima vinculação com a terra, fator que justifica a defesa de modelos econômicos diversos ao modelo mecanicista/instrumental que apregoa a floresta como um recurso a ser explorado até sua escassez ou morte.

6. Há um número relevante de obras que foram inseridas no contexto da formação de leitores jovens, denominadas como literatura infantil e juvenil.

Como avalia esse critério de catalogação? A literatura indígena é destinada, preferencialmente, a esse público?

Julie: A literatura infantil e juvenil tem um catálogo extenso. Isso foi fruto da parceria do concurso Tamoios com a FNLIJ que fomentou a publicação de escritores no mercado editorial. Os escritores Daniel Munduruku, Kaká Werá e Aline Pachamama ao tratar desse tema falam que essas obras são de educação às crianças, em formação nos relacionamentos étnico-raciais, mas também às infâncias que existem em brasileiros que desconhecem os povos indígenas desde uma perspectiva positiva. Também ao cursar o doutorado observei que as primeiras obras, hoje reconhecidas como literatura indígena, eram primeiro catalogadas como 'folclore/Índios da América do Sul' e não literatura infantil e juvenil ou literatura indígena. Tais catalogações são recentes e se mostram mais abertas à autoria indígena.

7- Como você acha que a literatura de autoria indígena pode ajudar no cumprimento da Lei 11.645/2008?

Julie: A literatura de autoria indígena pode ser um corpus adotado pelas redes de ensino para a implementação da Lei 11.645/2008, pois como afirma a própria, seu uso é preferencial, não exclusivo, nas disciplinas de Literatura, Artes e História. Ao adotar a literatura indígena, desde a capa a/o educadora/educador se depara com o nome do povo, como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, e terá de pesquisar quem é o povo; ou encontrará, Lia Minapóty, Olívio Jekupé e terá de buscar a que povos pertencem; encontrará na obra informações sobre os respectivos povos, língua e localização geográfica. Além disso, por meio dos enredos passamos a conhecer subjetividades indígenas, memórias, histórias e culturas originárias.

As autoras

Julie Stefane Dorrico Peres. Doutora no Programa de Pós-Graduação em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2021); Mestre no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Estudos Literários na Universidade Federal de Rondônia (2015); Graduada em Letras Português e suas respectivas Literaturas na Fundação Universidade Federal de Rondônia (2013). Pesquisadora na área da Teoria da Literatura com ênfase na Literatura Indígena Contemporânea. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Teoria Política Contemporânea, sediado no Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Rondônia.

Leila Silvia Sampaio. Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, pela Universidade Estadual de Mato Grosso, polo de Sinop, na linha de pesquisa em Estudos Literários, com a temática Literatura indígena: um caminho para a formação da identidade leitora multicultural. Professora efetiva da rede estadual de Mato Grosso, atuando na Escola Estadual Professora Alzira Maria da Silva, no município de Colíder.